

O ARAUTO DO VENDEDOR

Ano 60 - nº 484 - São Paulo - janeiro - abril - 2013

Editorial



Nova regulamentação de Registro Sindical

Nos termos da súmula 677, do C.STF, cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego proceder ao Registro das entidades sindicais, zelando pela observância do princípio da unicidade. É importante destacar que não cabe ao MTE qualquer outra interferência, na organização sindical, nos termos do Art. 8º, inciso I da Constituição Federal. **Página 2.**

Fórum Econômico Mundial

O economista ganhador do Prêmio Nobel, Joseph Stiglitz, disse, em Davos, que os que estavam ganhando (atualmente) eram os “especuladores” – pessoas que têm acesso aos recursos naturais e instituições financeiras – porque obtêm enormes ganhos sem contribuir. Ele expôs uma visão de como seria possível melhorar o sistema econômico desumano, mas disse que, primeiro, deveria ser permitido aos sindicatos seguir em frente com o seu trabalho. **Página 2.**



Você e a Previdência

Defender aposentados é fazer justiça

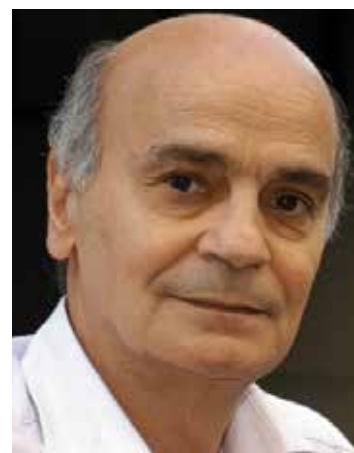
Em pronunciamento dia 16 de abril último, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que garantir os direitos dos aposentados é uma questão de justiça. Ele apelou aos demais parlamentares para que acelerem a análise e a votação dos projetos relativos ao tema em cumprimento aos “princípios democráticos”. **Página 4.**

Regulamentada a profissão de comerciário

A Presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou dia 15 de março último, o Projeto de Lei do Senado 115/2007, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que regulamenta a profissão de comerciário. **Página 3.**

Conheça os sintomas da dengue

Dr. Drauzio Varella explica como evitar e/ou cuidar da dengue, doença que está se espalhando por diversas partes do País. **Página 10.**



Aposentadoria por doença mental

Você tem ideia de quantas pessoas foram aposentadas em 2011 por adoecimento mental? **Página 3.**

- * Aprovada aposentadoria de pessoa com deficiência;
- * Tempo de espera por perícia no INSS pode cair;
- * Projeto de lei sobre desaposentação é bom?

As duas xícaras

Com a apresentação pelo Dieese do balanço das negociações salariais de 2012 ficou documentado o paradoxo do desenvolvimento da economia brasileira. **Página 4.**

Colônia de Férias

Festas em Praia Grande

Como ocorre todos os anos, nos meses de dezembro/janeiro, fevereiro e abril, diretoria e associados se irmanam por ocasião das festas de réveillon, carnaval e Páscoa, que são muito concor-

ridas e que lotam as dependências de nossa Colônia de Férias. A ver pelas fotos, quem não esteve presente pode avaliar como todos aproveitaram - e muito bem! – os feriados e as festas. **Páginas 10 e 11.**



Elas têm espaço mas ainda sofrem violências

Ao homenagear as brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, o senador Paulo Paim (PT-RS) destacou as conquistas femininas nas áreas de educação e trabalho, mas também observou que a violência contra as mulheres, que havia diminuído com a promulgação da lei Maria da Penha até 2010, voltou a crescer. **Página 4.**



Editorial

Nova regulamentação de Registro Sindical



Nos termos da Súmula 677, do C.STF, cabe ao **Ministério do Trabalho e Emprego** proceder ao Registro das entidades sindicais, zelando pela observância do princípio da unicidade.

“Verbis” - “Até que a Lei venha a dispor a respeito, incumbe

ao Ministério do Trabalho proceder ao Registro das entidades sindicais e zelar pela observância do princípio da unicidade.”

É importante destacar que não cabe ao MTE qualquer outra interferência, na organização sindical, nos termos do Art. 8º, inciso I da Constituição Federal.

“Verbis” - Art. 8º - É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

Inciso I - “A Lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de Sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.”

Desta forma, temos, de um lado, a missão deferida pelo C.STF ao MTE, quanto a “proceder ao Registro” e “zelar pela observância do princípio da unicidade.” Esta, por ação rigorosa contra a proliferação de Sin-

dicatos sem lastro representativo algum.

Aliás, ante este limite imposto pelo STF, é importante que o MTE reconheça que não lhe cabe baixar normas técnicas, interpretativas, mas, sim, apenas “zelar” pela unicidade, isto é, deve tomar todas as medidas para tornar conhecidos os pleitos, por todos os interessados, entidades sindicais existentes, para, querendo, usar o direito de impugnação.

Impugnação

Neste caso de impugnação, sem que se opere acordo entre as partes para ajustar respectivas representações, deve simplesmente determinar a remessa ao Judiciário, visto a competência limitada do **Ministério** (e não operar pressões com normatizações não previstas na Lei).

Deste modo, não deve dar guarida a toda e qualquer pleiteação de reconhecimento sindical, mormente se houver **impugnação**, sob pena de violar a Constituição Federal (Art.8º, I) ou Súmula 677 do C.STF.

Alterações na Portaria 186/2008

No entanto, limitando-se a estes lindes, há de se louvar o esforço do MTE na nova normatização em complemento à **Portaria 186**, muito combatida.

A **Portaria 326/13**, portanto, veio para resgatar a regulamentação nos limites citados, em reforma a anterior. E foi com muita euforia que o Ministro do Trabalho anterior, **Carlos Daudt Brizola Neto** (PDT-RJ), foi acolhido em razão desta matéria, o que se transfere ao atual ministro do Trabalho, na certeza de que o **Ministério**, perpetuará na senda boa, da regula-

mentação baixada, sem extrapolar a competência deferida pelo C.STF.

Bem-vindo, ministro Manuel Dias!

Neste ponto, saudamos o novo ministro do Trabalho e Emprego e lhe auguramos profícua gestão, hipotecando-lhe, desde já, o apoio necessário a seu trabalho, ainda que alheio a partidarismos, que somente servem para tornar relativas as reais conquistas.

Esperamos, e temos fé, que doravante as questões sindicais serão tratadas com a seriedade esperada por todos, haja vista as várias críticas contra o ministro anterior ao ora sucedido, isto para a perfeita aplicação da Lei e da **Portaria 326/13**, nos limites da Súmula 677-STF.

Edson Ribeiro Pinto
Presidente

Fórum Econômico Mundial

Visão sobre o emprego reduzirá desigualdades

Em Davos (Suíça), em janeiro último, em sessão com Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, e outros líderes de opinião, Philip Jennings, secretário-geral da UNI, destacou a necessidade de trabalho decente e de sindicatos fortes para abordar a desigualdade. A chamada de Jennings, referente a um aumento salarial para os trabalhadores teve ressonância em Davos. Durante uma sessão sobre a maneira de reduzir a desigualdade da distribuição da riqueza, Stiglitz e outros participantes concordavam com Jennings a respeito da desigualdade de salários, que não era apenas sórdida, mas que também freava o restabelecimento econômico.

Roger Martin, acadêmico de negócios de alto nível, disse que os trabalhadores e os sindicatos haviam sofrido os “danos colaterais” da mudança de poder.

Jennings disse: “Concordamos que se devem aumentar os salários das pessoas – 99% necessitam de um aumento salarial”. “Os excessos financeiros trouxeram consigo a desigualdade e a instabilidade econômica”, disse Sti-



glitz. Na moção, dizemos que os partidos trabalhistas tradicionais se associaram com a elite, que obteve altas recompensas. Stiglitz disse que a sociedade está pagando um alto preço pela forma como a desigualdade aumentou.

O economista ganhador do Prêmio Nobel disse que os que estavam ganhando eram os “especuladores” – pessoas que

têm acesso aos recursos naturais e instituições financeiras – porque obtêm enormes ganhos sem contribuir.

Jennings expôs uma visão de como seria possível melhorar o sistema econômico desumano, mas disse que, primeiro, deveria ser permitido aos sindicatos seguir em frente com o seu trabalho. Jennings concluiu dizendo: “Eu não

posso realizar o meu trabalho como dirigente sindical para melhorar a vida dos trabalhadores, se a eles não é permitido organizar-se. Este é o momento para que a empresa e o governo se deem conta de que os

“Os excessos financeiros trouxeram consigo a desigualdade e a instabilidade econômica”

sindicatos são parte da solução para remediar a crise. Necessitamos de um sistema alternativo baseado em pilares fortes, incluindo um salário digno, a paridade de sexo, uma rede de segurança social e uma cadeia de provimento eficiente em que prevaleça o respeito

aos trabalhadores e não que se abuse deles.

Necessitamos de educação e formação para equiparar os jovens com capacidades necessárias para efetuarem um trabalho de qualidade. Temos que assentar firmemente estes pilares e, então, estaremos em condição de reduzir as desigualdades, mas, apenas se as empresas mudarem de comportamento e os governos começarem a gastar bem mais que o 1% atual do PIB destinado ao mercado de trabalho ativo”.

Numa sessão posterior, presidida por Ban Ki-moon, secretário-geral das Nações Unidas, Jennings insistiu em que o emprego fosse posto em um lugar prioritário do programa das Nações Unidas.

Joseph Stiglitz é
detentor do Prêmio
Nobel de Economia de 2001

Este jornal é Órgão Oficial do Sindicato dos
Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de São Paulo



• **Redação e Administração:**
R. Santo Amaro, 255 - Bela Vista - SP - CEP 01315-903.
Tel.: (0xx11) 3116-3750 - Fax: (0xx11) 3116-3795
Registrado no DNPI sob nº 253.158.

• **Presidente:** Edson Ribeiro Pinto

• **1º Secretário:** Roberto Nascimento

• **1º Tesoureiro:** Jorge Evangelista Lima

• **Jornalista responsável:** Lilly D. Portella (MTb 10.394)

• **Editoração eletrônica:** Manuel Rebelato Miramontes

• **Fotos:** SindVend, Arquivo e Camarão

Esta é uma publicação quadrimestral, com distribuição gratuita.

• **Home-page:** www.sindvend.com.br

• **Impressão:** G set Indústria Gráfica e Editora Ltda.
(As matérias assinadas não refletem, necessariamente, a opinião deste jornal).

Doze milhões de beneficiados

Dilma sanciona Lei que regulamenta a profissão de comerciante

Após décadas de luta da categoria por seus direitos, regulamentação vai beneficiar 12 milhões de profissionais de comércio e serviços do País

A Presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou dia 15 de março último, o Projeto de Lei do Senado 115/2007, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que regulamenta a profissão de comerciante. A sanção presidencial põe fim a uma das mais antigas reivindicações dos profissionais de comércio e serviços do País, que lutavam há décadas pela regulamentação da categoria. A partir do ato da Presidente da República, comerciante deixa de ser uma função e passa a ser uma profissão, com todas as garantias da lei.

O projeto do senador Paim, com substitutivo do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foi aprovado por unanimidade no Senado Federal em 20 de fevereiro, depois de percorrer todos os trâmites do Congresso Nacional, com aprovação em três

Comissões da Câmara dos Deputados, e vai beneficiar 12 milhões de trabalhadores no setor de comércio e serviços do país. Originário da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e abraçado pelo senador Paulo Paim, o projeto de regulamentação teve apoio também da Confederação Nacional do Comércio (CNC), que entendeu como justo, necessário e importante para a qualificação dos profissionais que atuam no setor o reconhecimento da categoria. “A regulamentação faz jus-

ta a um dos mais importantes segmentos do trabalho no Brasil, responsável direto pela movimentação de produtos da indústria e pelo crescimento da economia nacional. É uma vitória sem precedentes para a categoria” – comemorou o Presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto. “São décadas de luta pela Regulamentação” – afirma o presidente da CNTC.

Para o diretor-secretário da CNTC, Lourival Figueiredo Melo, a Lei que regulamenta a profissão vai trazer mais segurança jurídica aos trabalhadores,

definir regras de atuação, impedir a exploração do trabalho e promover a qualificação profissional, que é um dos principais objetivos da regulamentação.

O texto originalmente aprovado no Senado determina que a atividade ou função desempenhada pelos empregados do comércio venha especificada na carteira de trabalho, fixa a jornada de trabalho em oito horas diárias e 44 semanais, veta a extensão de jornada e limita o trabalho aos domingos no âmbito da negociação com os empregadores.

Transtornos mentais

Quinze mil foram aposentados em 2011 por adoecimento mental

Por Marco Antonio L. (Do Brasil de Fato)

Desânimo, apreensão e angústia. Esses eram os sentimentos que tomavam conta de João diariamente quando saía de casa para ir ao trabalho. “Cada dia que ia trabalhar era uma tortura, me sentia muito mal quando entrava na empresa”, conta o supervisor de uma central de telemarketing em São Paulo. O que, para ele, parecia apenas uma insatisfação com a função exercida e as pressões do trabalho, acabou se intensificando e, ao procurar ajuda médica, foi diagnosticado como depressão.

O caso de João não é isolado. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a depressão será a segunda causa da incapacidade para o trabalho até 2020. Atualmente, segundo dados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), os transtornos mentais e de comportamento ocupam o terceiro lugar em número de benefícios concedidos. “Os transtornos mentais, como as depressões, têm sido uma das principais causas de afastamento do trabalho no Brasil”, relata Myrian Matsuo, psicóloga e pesquisadora da Coordenação da Saúde no Trabalho da Fundacentro, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Em 2011, a Previdência Social concedeu mais de 15 mil aposentadorias por invalidez a trabalhadores vítimas de adoecimento mental. Já os auxílios-doença concedidos por causa de quadros depressivos

chegaram a 82 mil em todo o país. “Fiquei alguns dias afastado, tomei remédios e fiz sessões de terapia, o que amenizou um pouco os sintomas da depressão”, conta João. Segundo ele, um fator determinante para sua melhora foi a mudança nas relações em seu ambiente de trabalho. “Minha chefe não nos via como ser humano e, sim, como número para atingir as metas a qualquer custo. Isso mudou quando ela foi substituída por alguém mais compreensivo, mais humano”, descreve.

Péssimas condições de trabalho, jornada de trabalho prolongada, pressão por metas e produtividade, falta de tempo para a realização das tarefas laborais, ausência de pausas para descanso, pouca valorização do trabalhador, participação insatisfatória destas nas decisões das empresas e o medo do desemprego são fatores que contribuem para o aumento da incidência de distúrbios psíquicos entre os trabalhadores, segundo Myrian.

Assujeitamento - A psicóloga explica que os transtornos mentais relacionados ao ambiente de trabalho atingem funcionários de todos os níveis de hierarquia de empresas públicas e privadas.

Isto porque, conforme analisa o pesquisador do Centro de Tecnologia e Informação Renato Archer, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (CTI-MCTI), Mar-

co Antônio Silveira, a atividade profissional ocupa uma posição central na construção da identidade do indivíduo e o fato de as instituições serem importantes espaços de socialização, sobretudo nas grandes cidades. “Hoje passamos mais tempo nas empresas do que em casa. Portanto, a forma como o trabalho está organizado e, principalmente, a qualidade das relações humanas impactam fortemente os estados mentais e emocionais das pessoas”, pondera.

Outro aspecto que contribui para o adoecimento mental dos trabalhadores é a ideia de que o indivíduo deve doar-se completamente à atividade profissional. “As empresas e boa parte da mídia têm se empenhado para mostrar que cada vez mais há menos interesses conflitantes entre trabalhadores e empresas, o que dificulta o estabelecimento do limite subjetivo do trabalhador”, afirma a médica do trabalho e pesquisadora da Fundacentro, Maria Maeno. Essa condição faz com que as contradições existentes no trabalho sejam sentidas pelos trabalhadores como “uma traição” à empresa, gerando neles a culpa por não conseguirem doar mais de si mesmos e, conseqüentemente, surge o sofrimento psicológico e emocional. “Os ‘fracassos’ são individualizados e os próprios trabalhadores se culpam por não corresponder às expectativas. A individualiza-

ção e a culpabilização pela impossibilidade de ‘dar conta’ [do trabalho] são aspectos altamente adoecedores”, descreve a médica do trabalho.

Dessa forma, conforme explica a psicóloga Renata Paparelli, os fatores que levam ao desgaste mental estão relacionados com o grau de assujeitamento ao qual o trabalhador é submetido no processo de trabalho. “Quanto menos controle houver sobre o trabalho, quanto menos possível for adaptá-lo às características de quem o realiza, mais penoso ele será, já que será mais difícil o respeito ao limite subjetivo de cada um”, relativiza.

Mudanças - A psicóloga defende a necessidade de se colocar limites à exploração da força de trabalho, para que se impeça a precariedade no ambiente laboral e seja permitido ao trabalhador transformar a atividade profissional de modo a respeitar o seu limite pessoal. “Essa possibilidade implica, muitas vezes, em diminuição da produtividade. Daí a importância de estimular políticas que coloquem a saúde dos trabalhadores como fator de competitividade entre as empresas, de modo a transformar os contextos de trabalho adoecedores”, defende Renata.

De acordo com Myrian, “o empresariado deve repensar o modelo de gestão nas empresas, que visa apenas a produtividade e o lucro em detrimento da vida dos trabalhado-

res”. Para isto, Silveira afirma que é preciso que se transcenda a contradição inerente aos modelos econômico e empresarial vigentes que, há séculos, têm levado ao conflito capital-trabalho. “[Deve-se] migrar da visão engessada da ‘mais valia absoluta’, que enxerga o trabalhador como ‘mão de obra’, para a situação da ‘mais valia relativa’, onde a qualidade do trabalho e os conhecimentos do trabalhador são considerados”, defende.

Sintomas do adoecimento mental por trabalho - Fadiga crônica, tristeza, irritabilidade, falta de motivação, insônia, isolamento, dificuldade de concentração, déficit de atenção, ansiedade e a sensação de que o fim de semana não é suficiente para descansar.

Caso os sintomas sejam verificados, procure ajuda médica. Uma opção são os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, equipamentos públicos especializados em atender pessoas com problemas de saúde relacionados ao trabalho.

ERRATA

Em nossa edição anterior, de nº 483, na matéria sobre a nova diretoria da Fenavenpro, erramos o nome de um componente da mesa. Onde está escrito Idelmar da Mota Lima, leia-se: Luiz Carlos Motta.

Dia Internacional da Mulher

Paim ressalta conquistas mas lamenta violência que mulheres ainda sofrem

Ao homenagear as brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher, comemorado dia 8 de março, o senador Paulo Paim (PT-RS) destacou as conquistas femininas nas áreas de educação e trabalho, mas também observou que a violência contra as mulheres, que havia diminuído com a promulgação da lei Maria da Penha até 2010, voltou a crescer.

Há 140 anos, lembrou Paim, as mulheres eram proibidas de ingressar na universidade. Hoje, ressaltou, elas representam 60% dos formados em curso superior e 51% dos que obtém título de doutorado. Ele também ressaltou que a população feminina tem, em mé-



dia, mais anos de estudo (8,8) do que os homens (7,7).

A participação delas vem crescendo no mundo profissional. 30% dos cargos da Magistratura são ocupados por mu-

lheres e houve crescimento do número de mulheres em posições de liderança e comando. Como exemplo, o senador Paim ressaltou a presidência de Maria das Graças Foster na Petro-

bras, empresa que, até a década de 1990, não aceitava mulheres engenheiras em seus quadros.

Violência

Apesar das conquistas da população feminina, disse Paulo Paim, as mulheres ainda são vítimas de violência. De acordo com a pesquisa Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2010, em 25 estados, revela que, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no Brasil. Segundo informações da Secretaria de Políticas para as Mulheres, quatro, em cada dez mulhe-

res já sofreram algum tipo de violência.

Paim comunicou que será lançado no Senado a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. O objetivo é sensibilizar o público masculino para o tema do enfrentamento à violência de gênero e lutar pela estruturação de uma rede de atendimento às mulheres vítimas de violência.

– Atitudes assim certamente alavancam outras e, mais outras, e é disso que precisamos para eliminar a discriminação, as diferenças, disse Paulo Paim.

(Fonte: Agência Senado)

Opinião

As duas xícaras João Guilherme Vargas Netto*

Com a apresentação pelo Dieese do balanço das negociações salariais de 2012 ficou documentado o paradoxo do desenvolvimento da economia brasileira (pelo menos aos olhos dos trabalhadores dos países desenvolvidos em crise): a média dos ganhos reais de salários foi mais que o dobro do crescimento do PIB, ou seja, no Brasil está havendo distribuição funcional de renda em benefício dos salários.

Na entrevista coletiva de apresentação Juruna, secretário-geral da Força Sindical, demonstrou os fundamentos po-

líticos desta realização, enfatizando o crescimento do salário mínimo e o papel das centrais sindicais unidas e da luta dos trabalhadores para garantir tal feito, que influenciou positivamente no crescimento que houve, ainda que pequeno.

O levantamento do Dieese demonstra também que os resultados no primeiro semestre foram melhores que os do segundo semestre, o que se explica por duas razões: a própria desaceleração econômica e um pequeno aumento da inflação.

Estas duas causas, principalmente a segunda, explicam

as dificuldades, já que alta da inflação e queda do ganho real se associam.

Baseados talvez nesta informação os empresários já cozinham suas argumentações para as campanhas salariais do ano em curso.

Diferentemente de outros anos em que afirmavam que não poderiam dar aumentos reais porque os reajustes diziam respeito ao passado e não ao futuro, este ano dirão que não podem dar aumento porque o passado de baixo crescimento compromete a possibilidade de futuros aumentos.

Porém todos os indicadores apontam para uma recuperação segura da economia, puxada exatamente pelo setor industrial.

E então ficamos assim: enquanto os empresários trabalham com um quadro cujo desenho é o de uma letra U invertida (ou seja, crescimento seguido de decréscimo), os trabalhadores, apoiados nas estatísticas e na experiência, afirmam um curso em U (ou seja, um decréscimo e mesmo assim ganhos reais e a retomada do crescimento).

Os empresários vão falar em uma xícara vazia emborca-

da no pires e os trabalhadores vão lutar por uma xícara em pé e cheia.

De todo modo é tarefa do movimento sindical e necessidade dos trabalhadores e da economia como um todo garantir, apesar das dificuldades e da cortina de fumaça ideológica, aumentos reais de salários, o que se consegue com unidade, organização, mobilização e luta.

(*) Membro do corpo técnico do Diap, é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo.

(Publicado no Jornal do Diap de 26/março/2013)

Princípios democráticos

Senador Casildo Maldaner: defender aposentados é fazer justiça

Em pronunciamento dia 16 de abril último, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que garantir os direitos dos aposentados é uma questão de justiça. Ele apelou aos demais parlamentares para que acelerem a análise e a votação dos projetos relativos ao tema em cumprimento aos “princípios democráticos”.

O senador amparou sua posição em números do Ministério da Previdência que apontam que, ao final de 2011, havia 27,1 milhões de pessoas recebendo benefícios do INSS. Cerca de 62%, 17 milhões de beneficiários, recebem cerca de um salário mínimo.

– É justo que, depois de uma vida inteira de trabalho, a pessoa sobreviva, e muitas vezes dê suporte a uma família, com um benefício de um salário mínimo ou menos? – questionou Maldaner ao ressaltar que é nessa fase da vida em que se elevam os gastos com medicamentos, tratamentos de saúde e cuidados especiais.

O parlamentar ressaltou que muitos aposentados se veem obrigados a retornar ao mercado de trabalho e voltam a contribuir com a Previdência.

– Trata-se de uma espécie de apropriação indébita feita pela Previdência, que não dá



ao contribuinte o retorno proporcional à sua contribuição – afirmou.

No sentido de compensar os aposentados, o senador lembrou que esforços diversos foram feitos pelos parlamentares

para incorporar essa garantia na legislação.

Casildo citou o projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que regulariza o instituto da desaposentadoria, ou seja, prevê a revisão do benefício do aposentado que retorna ao trabalho (PLS 91/2010). Também mencionou o PLS 188/2011, de sua autoria, que propõe a devolução dos benefícios adicionais pagos pelo aposentado.

O senador criticou a lenta tramitação dessas matérias, bem como a especulação de apresentação de recurso ao projeto de Paulo Paim, aprovado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais

(CAS), para que seja analisado em outras duas comissões, em vez de seguir diretamente para análise da Câmara dos Deputados.

Na opinião de Casildo, a alegação de que a medida provocará um comprometedor aumento nas despesas da Previdência não se justifica, pois sua proposta não ultrapassa o teto da aposentadoria.

– A jurisprudência tem sido pacífica, concedendo ganho de causa aos aposentados, pois se trata de direito líquido e certo, que aguarda regulamentação – concluiu.

(Agência Senado)

Você e a Previdência

Aprovada aposentadoria de pessoa com deficiência

O plenário da Câmara aprovou, dia 18 de abril, por unanimidade (361 votos), o substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 277/05, que permite às pessoas com deficiência se aposentar com menos tempo de contribuição à Previdência Social. A matéria será enviada à sanção presidencial.

Para os casos de deficiência grave, o limite de tempo de contribuição para aposentadoria integral de homens passa dos 35 para 25 anos; e de mulheres, de 30 para 20 anos. Quando a deficiência

for moderada, as novas condições para aposentadoria por tempo de contribuição passam a ser de 29 anos para homens e de 24 para mulheres. Caso a deficiência seja leve, esse tempo será de 33 anos para homens e 28 para mulheres.

Já a aposentadoria por idade passa de 65 para 60 anos, no caso dos homens, e de 60 para 55 anos, no caso das mulheres, independentemente do grau de deficiência. A condição é o cumprimento de um tempo



mínimo de 15 anos de contribuição e comprovada a deficiência por igual período.

Regulamento do Executivo definirá as deficiências consideradas graves, moderadas e leves para a aplicação da lei.

(Fonte: Agência Câmara)

Aposentadoria por idade de pessoa com deficiência condicionada ao grau de deficiência	Tempo de contribuição atual	Novo tempo de contribuição
Homem		
Grave	35 anos	25 anos
Moderada		29 anos
Leve		33 anos
Mulher		
Grave	30 anos	20 anos
Moderada		24 anos
Leve		28 anos

Aposentadoria por idade de pessoa com deficiência independentemente do grau de deficiência	Aposentadoria por idade atual	Nova aposentadoria por idade	Tempo mínimo de contribuição
Homem	65 anos	50 anos	15 anos
Mulher	60 anos	55 anos	15 anos

Inflação para idosos acumula alta maior que a do índice para a população em geral

O Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i) acumula alta maior do que o Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-BR) no período de janeiro a março, informou, dia 12 de abril, o Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). No primeiro trimestre de 2013, o índice teve variação de 1,82%, somando 6,34% de alta em 12 meses, contra 6,16% do índice geral no mesmo período.

O acréscimo de 0,23 ponto percentual na taxa verifi-

cado entre o último trimestre de 2012 e o primeiro deste ano decorre principalmente do grupo alimentação, que passou de 2,13% para 6,52% no período. A alta foi puxada principalmente pelas hortaliças e legumes, cuja taxa passou de -13,02% para 46,67%.

Outro componente do índice que pesou para o aumento foi o grupo despesas diversas, que saltou de 1,66% para 4,9%, influenciado pela alta de 3,89% para 11,11% do preço dos cigarros. Transportes (de 1,03% para 1,47%), comuni-

cação (de 0,38% para 0,79%) e saúde e cuidados pessoais (de 1,36% para 1,5%) também subiram.

A queda do índice para a tarifa de eletricidade residencial (de 2,51% para -17,74%) ajudou o componente habitação a ter redução de 1,49% para 0,74%. Os grupos vestuário (de 2,47% para 0,67%) e educação, leitura e recreação (de 3,39% para 2,45%) também apresentaram redução da inflação.

(Fonte: Agência Brasil)

Tempo de espera por perícia no INSS pode cair

Novo modelo de concessão, sem necessidade do atestado do médico da Previdência em casos mais simples

O ministro interino da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, disse que o governo está aperfeiçoando o modelo de concessão de auxílio-doença sem a necessidade de perícia médica. Esse modelo é inspirado na regra em vigor nos Estados Unidos. “Para benefícios com períodos curtos e de baixa complexidade, a concessão pode ser feita levando exclusivamente as provas documentais. Nos EUA é assim e funciona bem. O nosso modelo pode seguir algo parecido”, revelou o ministro interino.

Atualmente, o tempo de espera pela análise da documentação de um benefício no estado de São Paulo é de 20 dias. Para fazer a perícia médica, exigida para a concessão do auxílio-doença, o segurado tem de esperar até 30 dias por uma vaga.

A concessão sem perícia, ou com o atestado de um médico particular, encurtaria a espera do segurado em, no mínimo, dez dias. Essa nova regra deve levar em conta também o tipo de acidente ou doença que o trabalhador tem. A

ideia é aplicar uma tabela com o tempo médio de recuperação prevista para cada tipo de doença.

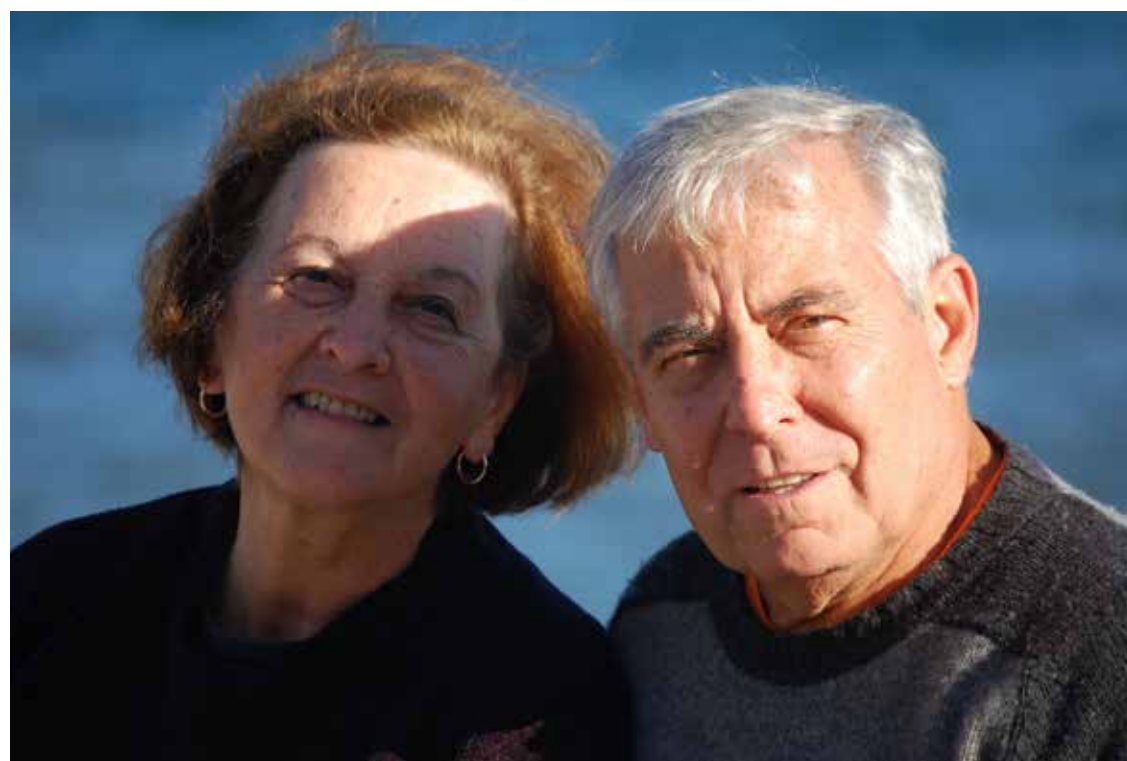
A concessão só será possível para os trabalhadores celetistas, ou seja, com carteira assinada. Os autônomos terão de fazer a perícia sempre.

Inspeção/ A liberação da perícia médica em determinados casos de auxílio-doença também é vista como um avanço nas regras do INSS pela ANMP (Associação Nacional de Médicos Peritos). “É positivo até para que a perícia médica possa ser desviada para atividades mais complexas, como a realização de inspeção nas empresas para analisar as fragilidades existentes nos processos de trabalho”, disse Virgínia Eloy, vice-presidente da ANMP.

Essas inspeções, segundo a associação, podem identificar e inibir práticas que prejudicam a saúde dos trabalhadores.

Marilena dos Santos Seabra atende em nossa sede às terças-feiras, durante todo o expediente, e às quartas-feiras apenas no período da manhã.

Telefone: (11) 3116-3750.



Você e a Previdência

Projeto de lei sobre desaposentação é bom, mas precisa ser mudado Silvia Barbara*

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou na sessão do dia 10 de abril último, em segunda votação, o projeto de lei (PLS) 91/2010, que permite ao segurado do INSS renunciar à aposentadoria para requerer um novo benefício, de maior valor.

O projeto original é do senador Paulo Paim (PT/RS), mas foi o substitutivo do senador Paulo Davim (PV/RN), relator da matéria, que acabou aprovado na Comissão.

A proposta tramita em caráter terminativo e pode ir direto para a Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em plenário.

Erro

Em que pese o avanço que esse projeto de lei representa, ele tem um erro que, espera-se, seja sanado na Câmara dos Deputados.

A proposta incluiu um novo artigo (18-A) na Lei de Plano e Benefício da Previdência Social (L.8213/1991). A mudança permite ao segurado renunciar à aposentadoria e requerer um novo benefício, considerando o tempo de contribuição usado na primeira aposentadoria e o tempo “posterior à renúncia”. É exatamente aí que está o problema...

O tempo compreendido entre a primeira aposentadoria e

a data da renúncia não é usado no cálculo do novo benefício.

Desde 1991, a Lei 8.213 permite que o segurado do Regime Geral da Previdência se aposente sem se desligar da empresa, acumulando salário e benefício. Como continua a trabalhar e está registrado, contribui mensalmente para a Previdência Social.

Pressionados pelo achatamento dos benefícios (anos sem correção da tabela e dos valores pagos pelo INSS, fator previdenciário etc.) são esses segurados do INSS que hoje recorrem à Justiça para exigir uma nova aposentadoria ou recálculo do benefício, com base no tempo

que eles já trabalharam a mais.

Não tem sentido que apenas as contribuições posteriores à futura renúncia da aposentadoria sejam consideradas para um novo benefício. Até porque os efeitos da nova lei só seriam sentidos algumas décadas mais tarde.

Na verdade, a redação correta estava no texto original do PLS 91/2010: “o segurado poderá solicitar nova aposentadoria considerando os tempos de contribuição anterior e posterior à renúncia”. É isso que precisa ser resgatado.

No restante, o substitutivo está mais claro e traz avanços, como a vedação de se exigir do segurado a devolução dos valo-

res recebidos na primeira aposentadoria.

Outras proposições

Quando chegar à Câmara, o PLS 91 vai encontrar pelo menos doze projetos de lei que tratam da vida do aposentado que continua trabalhando.

A maior parte deles se refere à possibilidade de recálculo no valor do benefício, o que evitaria a renúncia, e a acumulação da aposentadoria e outros benefícios, como auxílio-doença e seguro desemprego.

(*) Professora, diretora da Fepesp e do Sinpro-SP e colaboradora do Diap.

(Publicado no Jornal do Diap de 11/abril/2013)

Projeto de regulamentação do trabalho doméstico ainda depende de definições do governo

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou, dia 22 de abril, um esboço do que será a regulamentação da emenda constitucional que amplia os direitos dos empregados domésticos. Os detalhes ainda estão sendo discutidos com o governo, que deve, por exemplo, definir como operacionalizar o Supersimples Doméstico e definir alíquotas de contribuições.

- Estamos trabalhando a pleno vapor no sentido de fazer isso rapidamente, mas é claro que nós temos que articular com o governo, porque muito da implementação da lei e a própria sanção da lei depende do governo – disse Jucá, relator da Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação da Constituição, que trata da matéria.

Segundo o senador, serão dois projetos de lei. O primeiro deve tratar das questões do regime de trabalho, como horas extras e banco de horas. O segundo projeto, complementar, deve tratar de questões como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a multa rescisória e as alíquotas do INSS.

Como algumas questões dependem de decisões do go-

verno, o prazo para a divulgação do texto preliminar pode ser ampliado. A intenção da comissão mista era votar o texto na próxima quinta-feira (25), mas o texto que será apresentado ainda depende de acordo.

Segundo o senador, caso não haja esse entendimento até a quinta, será divulgada a minuta com as primeiras propostas para o tema, que, depois, poderá ser modificada. Depois de passar pela comissão, o texto ainda deve ser votado nos plenários da Câmara e do Senado.

Principais pontos

Jucá informou que o governo já concordou com a criação do Supersimples Doméstico, que permitiria ao empregador recolher os encargos em um só boleto. A ideia de redução da alíquota do INSS, no entanto, ainda está sendo discutida. O governo está calculando os impactos de uma possível redução para evitar o desequilíbrio nas contas.

- A questão das alíquotas tem que ser feita com muito cuidado porque a Previdência tem que trabalhar em equilíbrio, não só nesse governo, mas para o futuro. É claro que alíquotas menores são melho-



res para o empregador e para o empregado. Agora, não podemos criar uma situação de desequilíbrio que vá penalizar a Previdência – afirmou o senador, que também pretende incluir na lei facilidades para o pagamento do INSS retroativo, medida que incentivaria a formalização.

Outra questão ainda em discussão é a multa em caso de demissão sem justa causa. Empregados em geral recebem um valor equivalente a 40% do saldo das contribuições do empregador ao FGTS. A proposta do senador é diminuir esse percentual na relação de emprego doméstico. O índice seria de 10% para a demissão sem justa causa e de 5% para a “culpa recíproca”, quando a decisão é tomada em acordo

pelos dois lados.

O senador afirmou que a multa de 40% foi fixada na época da Constituição de 1988, quando a inflação era muito mais alta. Os parâmetros seriam inadequados aos dias atuais. Além disso, na opinião de Jucá, de todos os novos direitos, a multa é o que mais pode desequilibrar o orçamento doméstico.

- É um parâmetro que está dissociado do orçamento familiar e da realidade econômica que estamos vivendo hoje – explicou o senador.

Jucá ressaltou que a realidade das contas domésticas é muito diferente daquela encontrada nas empresas e que, por isso, também pretende alterar a lei para impedir a penhorabilidade dos bens de família em caso de dívidas com os empregados.

Rotina de trabalho

Outras sugestões do senador são alterações na rotina de trabalho, com a flexibilização de horários, por exemplo. Entre as possibilidades está a redução do horário do almoço, por acordo entre as partes, para atender os empregados que desejam sair mais cedo do trabalho.

O banco de horas também é uma ideia defendida por Jucá. Segundo o senador, o projeto trará todas as regras para a compensação do horário. As horas acumuladas devem valer por um ano e, em caso de demissão, devem ser pagas aos empregados.

O banco poderá servir, por exemplo, para compensar o trabalhador que viajar com os patrões, já que o tempo de viagem deve ser contado para compensação. O senador afirmou que a lei deverá seguir o sistema aplicado às pessoas que trabalham embarcadas. Já o tempo de descanso dos empregados que dormem nas casas dos patrões, segundo Jucá, não deve ser contado como sobreaviso ou jornada extraordinária.

Também estão sendo discutidas alternativas de enquadramento para os cuidadores, por exemplo. A intenção do senador é prever em lei o máximo possível de situações para evitar conflitos.

- Quanto mais a regra for clara e prever as peculiaridades, menos conflito vai dar na Justiça do Trabalho. A gente não quer criar um inferno para as famílias e nem desequilíbrio no emprego.

Boletim nuclave nº 100



Nuclave dispõe de espaços para clientes empresariais

O Nuclave oferece às empresas instalações modernas e completamente equipadas e climatizadas para reuniões, treinamentos, seminários ou palestras.

Na sede, dispõe de um auditório para 95 pessoas, um miniauditório para 36 pessoas, salas de dinâmica para 20 ou 16 pessoas, serviço de coffee-break.

A utilização é feita por período (das 8h às 17h30 ou das 18h às 22 horas).

Seminários, reuniões de planejamento, revisões, treinamento etc. poderão ser desenvolvidos com a necessária privacidade em nossa Colônia de Férias. Localizada na Vila Mirim, em apazível região da Praia Grande, numa área de 12 mil metros quadrados. Se a empresa precisar da utilização de mais de um - ou de vários dias -, a Colônia dispõe de ampla e completa estrutura, e, além do

mais, ela fica a aproximadamente 800 metros da praia.

A Colônia oferece:

- Confortáveis acomodações para 4 e 8 hóspedes, num total de 120 apartamentos (que incluem suítes para ocasiões especiais como casamentos e bodas);
- Infraestrutura de hospedagem de primeira linha, com moderno restaurante, salão de festas e salão social;

- Alimentação controlada por nutricionista com especialização no preparo de refeições segundo a idade;
- Quadras cobertas para jogos de salão (ginásio poliesportivo) e pista de bocha com dimensões profissionais;
- Piscina estrategicamente concebida para permitir ocupação em tempo integral, o que possibilita intensa programação esportiva;

- Estacionamento próprio, terraço em mezanino, parque aquático;
- Dotada de poço artesiano e gerador próprio, a Colônia tem plena autonomia de água e luz.

O SindVend coloca à disposição das empresas uma série de serviços que, de uma forma ou outra, poderão contribuir para o aprimoramento profissional de suas equipes.



NUCLAVE

Para toda e qualquer informação sobre nosso Departamento, telefone para (11) 3116-3750

Atendimento em nossa sede: Rua Santo Amaro, 255 - 3º andar - Bela Vista (Metrô Anhangabaú) - CEP 01315-903 - São Paulo - SP.

Visite nossa homepage: www.sindvend.com.br

Enologia

Luis A. Gimenez Super Premium Tannat 2007 Daniel Pinto*



A história da vitivinicultura do Uruguai começa igual a dos demais países das Américas, ou seja, com o descobrimento. Na América do Sul, os portugueses no Brasil e os espanhóis nas outras áreas levando seus hábitos e culturas. No Uruguai a chegada dos espanhóis ocorreu em fins do século XVI e com eles as primeiras mudas de videiras. Um detalhe curioso sobre esses espanhóis se prende ao fato de que eram constituídos em grande parte por expressivo contingente proveniente das Ilhas Canárias. Dai em diante a atividade se, concentrando-se em torno da cidade de Montevideu, fundada em 1726. O crescimento da vitivinicultura uruguaia pode ser mais bem dimensionado e entendido procedendo-se a uma divisão em fases bem distintas:

Primeira fase do desenvolvimento - Entrando no século XIX, o país comemora a chegada de imigrantes italianos, alemães, suíços, franceses e mais espanhóis que aportam com o objetivo de trabalhar principalmente no setor agrícola e mais particularmente no cultivo da videira e

processos de produção de vinho. Com relação aos espanhóis chega um bom contingente de bascos, região situada no norte da Espanha com fortes tendências separatistas. Com eles chegaram as primeiras mudas de uma cepa que viria a se tornar emblemática no Uruguai, tornando-se praticamente a uva nacional: **Tannat**. Como se sabe, essa uva tem como berço o sudoeste da França, onde transmite ao vinho características bem peculiares, notadamente sua força tânica, requerendo longos períodos de envelhecimento antes de se tornar uma bebida agradável. Nesse contingente de imigrantes chegam dois espanhóis, Pascual Harriague e Augusto Vidiella que se tornariam verdadeiros heróis da vitivinicultura nacional considerados historicamente como fundadores da verdadeira vitivinicultura uruguaia.

Pascual Harriague planta o primeiro vinhedo de Tannat (1838) nos arredores de Salto (noroeste do Uruguai) iniciando a atividade com 200 hectares além da construção de uma "Bodega".

Augusto Vidiella, catalão, introduziu a cepa Folle Noi-

re e Gamay Blanc nas imediações de Colon em 1874. Mais tarde o italiano Pablo Varzi foi quem intensificou o desenvolvimento da Tannat, sendo um dos principais defensores das ideias de Harriague, além de introduzir cepas francesas como Cabernet Sauvignon, Merlot e Malbec.

Daí para frente, a uva é a mais encontrada nos campos uruguaiois, confirmando ser a mais bem adaptada ao clima úmido da região, acrescido do solo argiloso-calcário, desenvolvendo todo seu potencial na produção de vinhos de cor intensa, acidez razoável, muito corpo, força tânica e alcoólica, tanto utilizada isoladamente como enriquecendo cortes bem temperados.

Segunda fase de desenvolvimento - Nessa fase a atividade está fortemente controlada pelo estado com todos os defeitos que tal participação sempre empresta aos empreendimentos. Essa fase do desenvolvimento diz respeito ao período situado no século XX mais precisamente na década de 30, caracterizada por grande crescimento da produção e do consumo e pela quantidade em detrimento da qualidade.

Terceira fase de desenvolvimento - Na terceira fase da vitivinicultura uruguaia a atividade torna-se independente do estado e busca a máxima qualidade voltada principalmente para a exportação. A partir de 1974 tem início uma verdadeira revolução nesse campo de atividade com o aporte de grandes capitais externos que patrocinam o plantio de grandes áreas com mudas selecionadas, verdadeiras seleções clonais importadas da França e Califórnia.

Nessa fase foi importante o trabalho do **Professor Boubals de Montpellier** que confirma a necessidade urgente de reconversão dos velhos vinhedos o que começa a ser aceito pelos velhos produtores. Inicia-se também a criação em barricas de carvalho e principalmente a consciência da identidade da uva Tannat com o país.

Em 1988 é criado o **Inavi – Instituto Nacional del Vino** com o intuito de apoiar, regu-

lamentar e principalmente incentivar a vitivinicultura nacional. O passo mais recente deu-se em 1991 com a contratação do **Professor Luis Hidalgo**, da Espanha, para realizar a primeira aproximação e caracterização das diferentes regiões uruguaiois. O país é membro reconhecido da OIV – Organização Internacional do Vinho, tendo sido sede de Assembleia em 1995.

Vinicola Giménez Mendez - Essa vinícola está situada no sul do Uruguai a pouca distância do Oceano Atlântico onde se concentra o grosso da produção do país em ambiente de clima e solo abençoados para a atividade, orgulhosamente comparados à região de Bordeaux. Ocupa as áreas de Las Brujas, Montevideo, Los Cerrillos e Canelones, atingindo uma extensão de 100 hectares. Como o nome indica, pertence à família Giménez Mendez, capitaneada por Marta Mendez, tendo como enólogos Luis Giménez Mendez, Mauro Giménez Mendez e Gaston Vitale, de forte influência neozelandesa. O leque de cepas inclui, além da Tannat, Cabernet Sauvignon, Merlot, Cabernet Franc, Shiraz, Marcellan, Arinarnoa e Petit Verdot, e das brancas Chardonnay, Sauvignon Blanc, Viognier e Torrontés. O trabalho da empresa está fincado em quatro pilares principais, quais sejam: conhecimento, experiência, tecnologia e alta qualidade das uvas. A linha de produção conta com os seguintes vinhos: Las Brujas, Giménez Mendez Alta Reserva, Giménez Mendez Premium, Luis A. Giménez Super Premium e uma reserva especial comemorativa da marca criada em 1974 dos 100 anos da Bodega Vidiella, fundada em 1874. Trata-se do vinho 100 Años Reserva Familiar, nas versões Tannat, Tannat Oak Aged, Tannat Roble e Cabernet Sauvignon.

Luis A. Giménez Tannat Super Premium 2007 - Vinho exclusivamente de Tannat, obtido de colheita manual, cultivado em solo argiloso-calcário, no sistema de condução em Lira, muito comum no Uruguai. Com rendimento de

4.000 quilos por hectare dos vinhedos de Las Brujas e Canelones, alcança 14,3% de álcool, acidez total de 3,7g/litro e 2,4 g/litro de açúcar residual. Repousa em barricas de carvalho 50% francês e 50% americano de primeiro uso. As uvas foram escolhidas através de rigorosa seleção manual sendo fermentado por leveduras selecionadas por aproximadamente 20 dias. Após a fermentação segue-se a maceração por cerca de duas semanas para incrementar ainda mais a extração favorecendo a intensificação da cor, e polimerização antociano-tanino. Trata-se de um vinho típico para descobrir as qualidades características da cepa Tannat.

Análise visual – Vinho negro profundo imperscrutável que indica uma poderosa estrutura.

Análise olfativa – Grande temperamento olfativo exibindo frutas em compota, notas florais, presença marcante da madeira através da percepção de aromas tostados, defumados, café, e especiaria, notadamente cravo-da-índia.

Análise gustativa - Na boca é seco, generoso, muscular, untuoso, encorpado com taninos firmes, resistentes, porém sem rusticidade compondo um conjunto harmonioso e suportando com galhardia a carga alcoólica. Mostra com perfeição as características da Tannat e a máxima expressão do "terroir" onde nasceu.

Avaliação: 92/100

Preço: R\$ 160,00 – Importadora Hannover – Tel. 2638-0881/0879

Saúde!

Daniel Pinto
(danipin@uol.com.br)

Daniel Pinto é médico, professor de Enologia da Universidade Anhembi Morumbi, ex-presidente da ABAV e autor do livro "Manual Didático do Vinho – Iniciação à Enologia", pertencente ao catálogo da Editora Anhembi Morumbi.

Língua Portuguesa

Escrever bem não é luxo Milton Claro*

Um texto corretamente escrito transmite com mais exatidão aquilo que você quer dizer. Evita mal-entendidos, evita perda de tempo e, muitas vezes, evita sérios prejuízos. Cuide bem do que escreve

1. Em algumas localidades da Ilha do Governador, a falta de luz se restringiu há alguns minutos.

Esta frase foi retirada do noticiário da internet. Compare, agora, com esta outra: **Há meia hora a ilha ainda estava toda iluminada.**

Há alguns minutos, há meia hora. Uma das duas expressões está errada – sabe qual é a errada? Pode apostar que é a primeira, embora as duas sejam tão semelhantes. A frase **Há meia hora a ilha ainda estava toda iluminada** marca uma posição no tempo transcorrido. Quando a ilha estava iluminada? **Meia hora atrás**, ou **há meia hora**.

Já a frase ... **a falta de luz se restringiu a alguns minutos** se refere ao período de alguns minutos. O “a” aqui é uma preposição. Como seria na frase ... **a falta de luz se restringiu a alguns bairros da ilha.**

Quer dizer que o redator do jornal na internet errou.

2. Faz dois anos que me casei.

Haver e fazer são verbos com algumas particularidades de uso. **Faz dois anos** ou **fazem dois anos?** A ordem natural da frase indicaria o plural, **dois anos fazem que me casei** (**dois anos se passaram desde que me casei**). Entretanto, neste sentido, o verbo **fazer** é impessoal, portanto está certa a frase **Faz dois anos que me casei**.

3. O monomotor voava baixo antes de cair em uma represa. Até agora há pouco, a ocorrência ainda estava em andamento.

Outro deslizamento dos redatores de notícias. **Até agora** quer dizer **até o momento presente**. **Até há pouco** quer dizer **até algum tempo atrás**.

Já **até agora há pouco** fica um tanto confuso... É uma coisa, ou outra.

4. Um bedel correu pelos corredores alertando a todos sobre o atirador e alguém ativou o autofalante da escola. (Ainda do noticiário da internet.)

Automóvel significa um veículo (móvel) que anda com as próprias forças (auto). **Autorretrato**, um retrato da própria pessoa. **Autografar**, assinar o próprio nome. **Autolimpante**, algo que limpa a si próprio.

Vê-se logo que a palavra **autofalante** não faz sentido. Aquele cone que transforma sinais elétricos em som chamou-se **altofalante**, por sua capacidade de reproduzir alto os sons. Nada, portanto, de **autofalante**.

Infelizmente, esse erro é bastante comum. Então, quem ativou alguma coisa na escola **ativou um altofalante**.

5. O garoto trouxe o brinquedo para mim – para mim consertar.

O garoto trouxe o brinquedo **para mim**, sim. Mas trouxe para **eu** consertar. (Lembre-se de que você diria **Eu conserto** para você – nunca diria **Mim conserto** para você.)

Assim, a frase certa fica **O garoto trouxe o brinquedo para mim – para eu consertar**. Mas nem sempre é assim. Por exemplo, você deve dizer **Não é conveniente para mim ligar agora**, e não deve dizer **Não é conveniente para eu ligar agora**.

Existe uma regra gramatical que justifica isso, mas não vale a pena percorrer todo o caminho agora. Fica para outra vez.

6. Estamos totalmente empenhados em identificar as causas desta fatalidade no menor prazo possível. O acidente aconteceu quando uma viga das arquibancadas caiu sobre outras, gerando um efeito dominó.

A gente vê a palavra **fatalidade** empregada com muita largueza. Aconteceu alguma coisa que não gostaríamos que acontecesse? “Foi uma fatalidade”. Entretanto, **fatalidade** exprime um fato impossível de ser evitado por atos da nossa vontade. Por exemplo, a inexorabilidade da morte. O tsunami que devastou diversas cidades no Japão. O meteoro que explodiu sobre os Montes Urais na Rússia. Secas. Enchentes. Nevascas. Terremotos. Furacões. É claro que nada podemos fazer para evitar tais acontecimentos.

Mas usar **fatalidade** para descrever fatos que resultam da ação do homem é lexicalmente incorreto – e uma desculpa para a incompetência ou irresponsabilidade humanas.

No próximo número tem mais.

Milton Claro é publicitário, escritor e criador do site www.santamissa.com.br.

Email: milton.claro@kreanto.com.br

Apreendi

Que duas pessoas discutindo, não quer dizer que se odeiam.

Que duas pessoas felizes, não quer dizer que se amam.

Que o mundo dá voltas e a vida é uma sequência de desafios.

Que algumas feridas saram, outras não.

Que quem vive do passado é museu.

Que quem vive do futuro, não vive... Sonha.

Que com a pessoa certa, uma vida é pouco tempo.

Que com a pessoa errada, um minuto é muito.

Que mesmo acompanhado, ainda posso estar só.

Que caráter vem do berço, não se compra.

Que Amor não se exige, dá-se.

Que meus amigos eventualmente vão me machucar, são humanos.

Que um ato pode mudar toda uma vida.

Que nem toda uma vida pode mudar alguns dos nossos atos.

Que o importante pra mim, não é pra outros e isso não é defeito.

Que a decência é uma prática diária.

Que humilhar é a pior das covardias.

Que a capacidade de amar é nata, não depende de terceiros.

Que a beleza está nas boas coisas da vida, até nas mais simples.

Que tudo muda para melhor ou para pior, mas muda.

Que nada é para sempre.

(Autor desconhecido)

Saúde

Cuidado com a dengue Dr. Drauzio Varella

Todos os dias vemos nos noticiários o avanço da doença em diversos estados brasileiros. Tomando certos cuidados, podemos evitá-la

A dengue é causada por um arbovírus da família Flaviviridae, transmitido de uma pessoa à outra através de um hospedeiro intermediário, o mosquito *Aedes aegypti*. *Aedes aegypti* é um mosquito peridoméstico, que se multiplica em depósitos de água parada, acumulada nos quintais e dentro das casas. Apesar da vida curta ele é voraz: pode picar uma pessoa a cada 20 ou 30 minutos.

Quando o mosquito pica uma pessoa infectada, o vírus se instala e se multiplica em suas glândulas salivares e intestino. A partir de então, o inseto permanece infectado pelo resto da vida (vive ao redor de 30 dias).

Existem quatro tipos diferentes de vírus da dengue: sorotipos 1, 2, 3 e 4.

O mecanismo de sobrevivência do vírus, nos períodos entre uma epidemia e outra, é mal conhecido. Na Malásia e nos países do oeste da África, foram encontrados macacos infectados, verdadeiros reservatórios naturais da doença. A transmissão vertical, isto é, do mosquito-mãe para os filhos, também foi documentada.

Os ovos do mosquito podem sobreviver um ano em

ambiente seco, enquanto esperam a estação seguinte de chuvas para formar novas larvas.

A grande maioria das infecções é assintomática. Calcula-se que em cada dez pessoas infectadas apenas uma ou duas fiquem doentes. Portanto, na hipótese de uma epidemia com 100 mil casos de dengue diagnosticados, existirão cerca de 1 milhão de infectados.

Quando surgem, os sintomas costumam evoluir em obediência a três formas clínicas: **dengue clássica**, forma benigna, similar à gripe; **dengue hemorrágica**, mais grave, caracterizada por alterações da coagulação sanguínea; e a chamada **síndrome do choque associado à dengue**, forma raríssima, mas que pode levar à morte se não houver atendimento especializado.

O período de incubação (da picada ao aparecimento dos sintomas) geralmente dura de 2 a 7 dias, mas pode chegar a 15 dias. A intensidade dos sintomas geralmente é mais leve nas crianças do que nos adultos. A doença é de instalação abrupta, indistinguível dos quadros gripais: febre intermitente de intensidade variável (que pode chegar a 39°C e provocar calafrios), cefaleia, dores na região atrás dos olhos, nas costas, pernas e articulações. Muitos pacientes se queixam de dor ao movimentar os olhos, cansaço extremo e fra-



queza muscular generalizada. Insônia, náuseas, perda de apetite, perversão do paladar e da sensibilidade da pele são frequentes. Faringite e inflamação da mucosa nasal ocorrem em 25% dos casos.

Eritema (vermelhidão da pele) pode surgir no primeiro ou segundo dia: a vermelhidão se instala no tronco e se espalha para os membros, poupando palmas das mãos e planta dos pés. Bradicardia (diminuição da frequência dos batimentos do coração) é encontrada em 30% a 90% dos casos.

A doença costuma ser bifásica: dois ou três dias depois de surgirem, os sintomas regredem e a febre cai. Outros dois ou três dias se passam e a sintomatologia retorna, geralmente menos intensa. O eritema fica mais nítido e surgem ínguas no pescoço,

fossa supraclavicular e regiões inguinais.

Em poucos dias, o eritema regride novamente e a pele chega a descamar. A apresentação bifásica pode não ser nítida, nem é obrigatória. As duas fases, juntas, duram de 5 a 7 dias, tipicamente, mas a doença pode deixar um rastro de fadiga e depressão que permanece por diversas semanas.

Na forma hemorrágica, os sintomas são semelhantes, mas a doença é muito mais grave, por causa das alterações da coagulação sanguínea. Pequenos vasos podem sangrar na pele e nos órgãos internos, surgindo hemorragias nasais, gengivais, urinárias, gastrointestinais ou uterinas. Como o leito dos capilares se dilata, a pressão arterial pode baixar, dando origem à tontura, queda, choque e, em raríssimos casos, à morte.

A fisiopatologia da dengue hemorrágica é mal conhecida. Uma das teorias parte do princípio de que ela esteja associada à infecção por cepas (linhagens) mais agressivas do vírus. A segunda pressupõe que já tenha havido uma primeira infecção inaparente pelo vírus, seguida de outra que provocaria reações imunológicas capazes de interferir com elementos essenciais do mecanismo de coagulação.

O diagnóstico de certeza da dengue é laboratorial. Pode ser obtido por isolamento direto do vírus no sangue nos 3 a 5 dias iniciais da doença (fase de viremia) ou por exames de sangue para detectar anticorpos contra o vírus (testes sorológicos). Não existem medicamentos antivirais para combater a dengue. O tratamento é apenas sintomático. Tomar muito líquido, para evitar desidratação, e utilizar antipiréticos e analgésicos, para aliviar os sintomas, são as medidas de rotina. Por interferir com a coagulação, **medicamentos que contenham ácido acetilsalicílico (AAS, Aspirina, Bufferin, Melhoral, Doril etc.) estão formalmente contra indicados**. Medicamentos à base de dipirona constituem boa opção para baixar a temperatura.

A dengue é doença de curso benigno, mas nos casos da forma hemorrágica é fundamental procurar assistência médica.

Falta de exercício físico pode causar problemas psicológicos

O sedentarismo não causa problemas apenas para o corpo. Um estudo da Universidade de Ohio, nos Estados Unidos, concluiu que não se exercitar também causa problemas psicológicos. A pesquisa teve por base um grupo de idosos com doença pulmonar e obstrutiva crônica. Após participarem de um programa de exercício por semanas, eles realizaram atividades físicas por um ano. Com isso, obtiveram melhoras físicas e mentais.

Nos testes de memória, raciocínio e concentração, os idosos que se exercitaram tiveram resultados expressivos. Já os que deixaram o programa perderam todos os ganhos de performance.

A prática diária de atividades físicas ajuda a prevenir doenças como o câncer. Ter na rotina a prática de atividades físicas leva a uma melhoria geral no organismo. Quem pratica pelo menos duas horas e meia por semana de exercícios tem menos chances de ter câncer.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, 31% da população mundial são sedentárias. Para combater esse quadro, deve-se ter força de vontade e buscar praticar uma atividade física condizente com sua condição atual, com a ajuda de um médico. Os exercícios reduzem o risco de ter câncer de mama, pulmão e intestino.

O sedentarismo está associado a 3,2 milhões de mortes anuais, sendo 2,6 milhões em países pobres e em desenvolvimento.

Ao iniciar uma atividade física, comece devagar. Não tente compensar o período de sedentarismo se extenuando. Os benefícios virão conforme você conseguir regularidade na prática, o que exige que você sempre respeite seus limites. Lembre-se que a resistência física aumenta com o tempo de prática e que é normal e esperado sentir cansaço nas primeiras semanas. Depois de acostumado, você terá mais energia e disposição.



Colônia de Férias

Muita festança no réveillon, no carnaval e na Páscoa

Nos meses de dezembro/janeiro, fevereiro e abril, diretoria e associados se irmaram por ocasião das festas que foram muito concorridas. O réveillon, que quer dizer em

francês “acordar, deixar de dormir” foi seguido à risca por todo o pessoal. Muita comida, muita alegria, muita dança, como podemos ver pelas fotos.



Carnaval, a festa mais badalada do Brasil

E, como óbvio, a mais festejada em Praia Grande

Originária na Grécia, em meados dos anos 600 a 520 a.C, nenhum brasileiro quer saber se ela teve origem

lá, ou em outro país qualquer. Pois a festa foi grandemente adotada pela população brasileira, o que tornou o carnaval uma das maiores comemorações do país, senão a maior. As famosas marchinhas carnavalescas foram acrescenta-

das, assim a festa cresceu em quantidade de participantes e em qualidade. E a turma da Colônia não fez por menos: muita fantasia, muita gozação, muita alegria tanto de adultos como de crianças. Confira pelas fotos.



Colônia de Férias

Carnaval



Páscoa

O coelhinho chegou com muito chocolate

Como se originou a Páscoa

A Páscoa é uma das datas comemorativas mais importantes entre as culturas ocidentais. Historiadores encontraram informações que levam a concluir que uma festa de passagem era comemorada en-

tre povos europeus há milhares de anos atrás. Principalmente na região do Mediterrâneo, algumas sociedades, entre elas a grega, festejavam a passagem do inverno para a primavera, durante o mês de março.

No Brasil, o símbolo da Páscoa é o coelho, que, embora

não bote ovo, tem nele seu símbolo máximo, para a alegria dos pequenos. Neste ano, recebemos Bombons Garoto que foram distribuídos e disputados pelas crianças, que aguardaram na fila. Muitos deles, caracterizados de coelhos. Veja as fotos.

